

Urbanização e indigenização: um breve comentário sobre a formação de comunidades Terena no contexto urbano de Campo Grande/MS.

Urbanization and Indigenization: A Brief Commentary on the Formation of Terena Communities in the Urban Context of Campo Grande/MS

RESUMO

Dialogando criticamente com o pioneiro estudo de Cardoso de Oliveira, o artigo reflete sobre a formação de aldeias e comunidades indígenas em contexto urbano. A reflexão baseia-se em interlocuções de pesquisa travadas com lideranças da etnia Terena, bem como em revisão sistemática de literatura. Num primeiro momento, o artigo reconstitui o histórico de fundação de algumas das comunidades Terena de Campo Grande/MS. Num segundo momento, o artigo compara tais processos com outros movimentos coletivos protagonizados por este povo e argumenta que a criação de comunidades nas cidades não é feita a esmo pelos Terena, nem é uma mera reação aos constrangimentos da situação colonial, mas desenvolve-se segundo modos indígenas e costumeiros de habitar o espaço, organizar o coletivo e lutar por melhorias de vida.

Palavras-chave: Aldeias urbanas; Povo Terena; Etnologia Indígena.

ABSTRACT:

In critical dialogue with Cardoso de Oliveira's pioneering study, this article reflects on the formation of indigenous villages and communities in urban contexts. The discussion is based on research interactions with leaders of the Terena, as well as on a systematic review of the literature. First, the article reconstructs the history of the foundation of some Terena communities in Campo Grande/MS. Second, it compares these processes with other collective movements led by this indigenous people, arguing that the creation of communities in cities is neither carried out randomly by the Terena nor merely a reaction to the constraints of the colonial situation, but rather develops according to indigenous and traditional ways of inhabiting space, organizing collectives, and struggling for improved living conditions.

Keywords: Urban Villages; Terena; Indigenous Ethnology.

AUGUSTO VENTURA DOS SANTOS

Mestre (2015) e Doutor (2023) em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Foi professor substituto no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (2024-2025).

augusto.ventura@gmail.com
ORCID: 0000-0003-3077-9716

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A expressão “aldeias indígenas em contexto urbano” pode parecer, a princípio, um oxímoro (NUNES, 2010). Indianidade e urbanidade não seriam termos antitéticos e inconciliáveis? Aldeias, pensadas como expressão espacial de cultura e tradição, não seriam o avesso das cidades, pensadas como expressão espacial de civilização e modernidade? Ainda bastante ecoante no senso comum, este tipo de questionamento foi enfrentado pela primeira vez de maneira contundente nas ciências sociais brasileiras nos anos 1960. *Urbanização e Tribalismo* é o estudo pioneiro que o renomado antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1968) teceu junto ao povo indígena Terena, tradicional habitante de uma região que então correspondia ao sul do estado brasileiro de Mato Grosso – hoje Mato Grosso do Sul^[1]. Na pesquisa, o autor constatou uma falha nas predições das teorias da aculturação (oriundas sobretudo da antropologia e sociologia norte-americanas): a presença Terena nas cidades, não apenas não os fazia desaparecer enquanto indígenas, como fortalecia seus laços comunitários e aquecia dinâmicas tradicionais arrefecidas pelo domínio colonial. A antinomia acima referida, portanto, mostrava-se distante de ser ponto pacífico ou assertiva auto-evidente.

Seguindo a esteira deste pioneiro estudo e ciente do significativo acúmulo de trabalhos antropológicos e de outras áreas das ciências humanas sobre o tema que se processou desde então, o presente artigo pretende refletir sobre a formação de aldeias indígenas em contexto urbano no Brasil. Focaremos, particularmente, no contexto estudado por Cardoso de Oliveira, promovendo uma espécie de atualização breve e crítica de suas descrições e conclusões sobre a presença Terena nas cidades sul-mato-grossenses – particularmente, na capital, Campo Grande. Tal esforço consiste numa parcela de etnografia mais ampla que elaborei tanto através de trabalhos de campo e engajamento militante junto a comunidades Terena, quanto através de revisão sistemática da literatura sobre este povo (SANTOS, 2023). Começamos, pela descrição da recente formação de uma comunidade em particular, feita através de relatos oferecidos a mim por alguns de seus fundadores.

FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DO SANTA MÔNICA

O 28 de junho de 2014 amanheceu bastante frio em Campo Grande. Os moradores que tomavam o primeiro ônibus da linha que liga o Bosque de Santa Mônica – bairro localizado na

periferia industrial, próximo à saída para o município de Terenos – ao centro da cidade viam da janela uma cena diferente. Na rua mais ao fundo, escura e não asfaltada, um terreno da prefeitura costumeiramente abandonado contava com a presença de oito pessoas. Em meio ao sereno e neblina, um senhor roçava o mato alto, que não se sabe há quanto tempo era limpo. Uma senhora acendia uma fogueira para aplacar o frio e melhorar a visibilidade. Alguns homens erguiam um pequeno barraco coberto de lona preta, enquanto outro cuidava do filho pequeno que, brincando, observava o movimento. Ao verem a feição das pessoas em meio aos agasalhos pesados, os passageiros poderiam supor serem indígenas, o que em si não se mostraria uma novidade, pois uma parcela considerável dos moradores no bairro vem de aldeias da região do município de Aquidauana – os passageiros, portanto, poderiam reconhecer neles seus vizinhos ou mesmo parentes no caso de serem também indígenas. A novidade era o fato de os moradores indígenas estarem reivindicando melhores condições de moradia através de uma ocupação/protesto. Na manhã seguinte, a cena se repetiria e, dali em diante, com a chegada e instalação de dezenas de famílias, a paisagem do bairro não seria mais vista da mesma maneira.

A ocupação do terreno de um hectare e meio, segundo contaram-me moradores da comunidade, consistiu numa decisão coletiva, resultado de um movimento anterior. Alguns habitantes mais antigos do bairro, sabidos de questões da área da assistência social, confeccionaram uma espécie de cadastro das famílias indígenas do Bosque Santa Mônica. Passaram, pois, a fazer visitas de casa em casa para conversar pessoalmente e identificar as famílias e suas principais necessidades. Essas lideranças, em seguida, convocaram reuniões maiores, com o intuito de discutir os problemas comuns e conseguir assistência de parceiros e do poder público. Um dos organizadores do movimento contou-me o seguinte:

a partir do momento que eu detectei cada família em cada lugar, eu comecei a visitar. Eu e mais uma pessoa, um rapaz que fala idioma [Terena]. Nós chegávamos na casa da família de alguém, aí ele falava, começava a falar o idioma com eles. Aí depois ele me apresentava. Eu me lembro que nós íamos de bicicleta, eles moravam longe um do outro, uns moravam lá no aeroporto, outros moravam no Búzio, porque Santa Mônica é grande. Como eles moravam de aluguel, eles moravam tudo dispersos. Então nós começamos nossa batalha. Vai na casa de um, vai na casa de outro, a gente foi fazendo esse levantamento, e cada lugar que eu ia, eu levava meu caderno, e fazia minhas anotações, para cadastrar família. E aí foi onde a gente constatou uma quantidade de família com os mesmos objetivos. E a partir daí nós começamos a fazer reuniões, a se reunir uma vez no mês para a gente poder discutir questão de saúde, educação, procurar saber as necessidades deles, onde eu poderia ajudar eles.

Assumia relevo nas reuniões uma questão em particular, a moradia. Era consenso que o custo de vida na cidade era elevado principalmente por causa dos gastos com aluguel de residência, que consumiam a maior parte dos baixos rendimentos das famílias. As discussões suscitaram no grupo a ideia de uma ação coletiva, na forma de protesto, para chamar a atenção

do poder público. A intenção foi amadurecendo, mas ainda encontrava relutância de uma parcela dos integrantes, receosos de consequências negativas oriundas da discriminação e perseguição a movimentos indígenas na região. Em 28 de junho de 2014, um grupo de pessoas toma a frente e decide fazer, numa área abandonada nos fundos do bairro, uma manifestação. O propósito inicial, como dito acima, era apenas alertar a prefeitura e o público para a causa. Mas, nos dias seguintes, conforme outras famílias ganharam confiança no movimento e aumentaram o grupo inicial, o coletivo decidiu por ocupar permanentemente a área.

O local, até então repleto de entulhos e matagal alto, sem iluminação adequada e, portanto, inseguro a noite, passa a ser limpo e cuidado pelas famílias indígenas, o que, segundo disseram-me, foi muito bem visto pela vizinhança: “tivemos ajuda de várias pessoas e os vizinhos do bairro acharam muito bom que foi feita essa organização, porque era uma área abandonada, matagal, o terreno cheio de sujeira”. Por outro lado, a falta de plenas condições de moradia, no começo, foi motivo de muitas intempéries para os ocupantes, segundo descreveu-me uma liderança do movimento. Não havia água, energia elétrica e, ainda morando em barracos de lona, os moradores ficavam mais vulneráveis ao vento, frio, chuva e periódicas enchentes que inundavam o local:

Meu terceiro filho vai fazer quatro anos, nasceu aqui na comunidade. Ele nasceu aqui. embaixo da lona. Nasceu embaixo da lona. E estamos aí, firme e forte. Enfrentando chuva, frio. Em comparar da chuva e frio de hoje, quatro anos atrás foi mais pior. Mas o pior já passou. Nós sorrimos hoje. Ontem eu choro, para mim sorrir hoje. Isso que eu gosto de lembrar. Isso que eu gosto muito. Sai da aldeia, falei “cara, eu não vou ser mais liderança, não vou ser cacique”. E hoje vivi. Fincamos a nossa estaca aqui, penduramos as nossas bandeiras.

Novas famílias chegavam e o coletivo de pessoas se organizava. Numa reunião, a comunidade decidiu montar uma “liderança”, um grupo de pessoas que estaria a frente da comunidade, propondo ações, dirimindo questões internas, dialogando em instâncias externas. A liderança Val Eloy foi, então, eleita cacica. No período em que Val esteve à frente, a comunidade indígena do Santa Mônica avançou em diversas melhorias: “montamos uma liderança para a gente poder ter o aval de poder ir nas secretarias, poder falar por aquelas famílias”. Foi adquirido por doação um fogão industrial e montada uma cozinha comunitária. Foi escolhido um nome para a comunidade, *Tumunemo Kalivono*, em Terena, Futuro da Criança, em português – posteriormente o nome da comunidade mudou para *Inámaty Kaxé*. Foram conquistados, junto à prefeitura municipal, projetos para garantir o abastecimento regular de água e energia. Foi negociada, com o diretor da escola estadual do bairro, a extensão de uma sala de aula para a comunidade que contou, inclusive, com uma disciplina de língua Terena. Foi conseguido, através de uma parceria da Funai com a companhia de abastecimento municipal, um projeto de segurança alimentar, com distribuição de cestas básicas para as famílias. Foi negociado, com o posto de saúde local, o atendimento, dentro

da comunidade, de crianças, idosos, pessoas com diabetes e outras enfermidades. A comunidade contava também com procedimentos de ajuda mútua em casos de risco à segurança, segundo contou-me uma liderança:

No começo, sempre nós tínhamos uma organização, nós tínhamos uma liderança, na época, sempre cuidando um ao outro. Qualquer sinal de estranho, o nosso sinal era um apito. Apito de futebol, de jogador. Apitava, “tuuuuh”, e isso era bonito. Porque que era bonito? O interesse dos meus patrícios. ‘Opa, liderança apitou! Está acontecendo alguma coisa’. Você mexeu, cutucou a casa do marimbondo, já voava com a picada em volta de nós. E isso eu guardo na minha lembrança, isso eu vou contar para os meus netos, vou contar para os meus filhos, tenho três filhos.

Outros avanços importantes visavam a regularização da posse da área. Val e as demais lideranças, para tanto, mantiveram negociações com a Agência Municipal de Habitação de Campo Grande (na época chamada EMHA). As lideranças contaram que a estratégia foi, em vez de aguardar o registro definitivo para pleitear a construção de melhores moradias junto à prefeitura (tal como aconteceu com a formação de outras comunidades indígenas em Campo Grande), orientar os ocupantes a investirem, eles mesmos, em melhorias das habitações e loteamento do terreno segundo as normas municipais vigentes. Com isso, demonstravam ao poder público interesse em permanecer e cuidar da área e tornavam mais robusto o argumento em favor da constituição da comunidade como uma aldeia urbana. Em 2018, ano em que coletei estes depoimentos, a comunidade do Santa Mônica contava com 65 famílias e aguardava últimos avanços para regularizar-se definitivamente. Conforme ressaltou uma liderança:

Temos casas de alvenaria, temos família já construindo. Isso foi assim, desde quando entrou aqui [...] “Pessoal, vamos construir”. “Porque vamos construir materiais, se nós não estamos na área nossa ainda?”. “Vamos construir, mostrar, que a gente tem interesse de ficar aqui”. E isso para mostrar para os nossos administradores, que é do nosso município de Campo Grande, não mostrar que o índio amarrou, tem dois pés de manga, amarra uma rede lá, e espera os benefícios que eles falam que vem do governo. O pessoal da EMHA, que é um órgão aqui do município, que faz essa regularização do terreno, nos parabenizou: “você são a primeira comunidade que não esperou”. Nós temos aqui, foi dividido certinho. Metragem por metragem, lote por lote. Criamos duas ruas, projetadas dentro da comunidade.

FORMAÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS EM CAMPO GRANDE

O termo “comunidade”, segundo ouvi dos interlocutores, é usado designar aqueles povoamentos indígenas que reivindicam assistência e regularização, mas que ainda não possuem

o estatuto de “aldeia urbana” concedido pelo poder público municipal e assumido pelos sujeitos indígenas. Essa distinção, porém, não me pareceu rígida. Também registrei situações em que “comunidades” ainda não regularizadas foram tratadas semanticamente pelos Terena como “aldeias”; e situações em que “aldeias” oficialmente reconhecidas enquanto tal foram chamadas de “comunidades”. A listagem atualizada realizada pelo pesquisador Elídio Pereira Vicente Neto (2024, p. 22) reconhece a existência de 23 povoações indígenas em Campo Grande, aqui incluídas tanto aquelas reconhecidas como aldeias quanto aquelas reconhecidas como comunidades pelo poder público: Marçal de Souza, Água Bonita, Água Funda, Canaã, Darcy Ribeiro, Estrela da Manhã, Santa Mônica (*Inámaty Kaxé*), Novo Dia, Inápolis, Caiobá, São Conrado, Tarsila do Amaral, Dalva de Oliveira, Planalto, Vivendas do Parque, Ceramista, Kadiwéu, Roda Velha, Jardim Aeroporto, Bordon, Vila Terena, Anache e Noroeste. Existe, ademais, um imenso número famílias residindo isoladamente, ou seja, não configurando um conjunto de residências adjacentes como no caso das comunidades e aldeias urbanas – o que não significa não haver, entre essas famílias, relações de natureza e intensidade diversas.

Tradicionais habitantes do Cerrado e do Pantanal, numa região que hoje compreende porções do centro e noroeste do estado do Mato Grosso do Sul, os Terena são uma das populações indígenas que habitam em maior número as cidades no Brasil. No censo do IBGE de 2010, os Terena aparecem como a quinta etnia em número total de habitantes no país, com 28.845 pessoas. Destas, 19.219 residem em TIs (é a sétima maior população indígena nesse quesito) e 9.626 residem fora de TIs (a maior população nesse quesito) (IBGE, 2010). A estatística não discrimina quantos, dentre os que estão fora das TIs, moram em áreas rurais ou urbanas, mas é seguro supor que o grosso da cifra corresponda a pessoas instaladas em cidades.

Como se pode entrever da datação dos pioneiros estudos de Cardoso de Oliveira acima citados, vivenciar as cidades é algo bastante antigo para os Terena. De fato, é algo tão antigo quanto às próprias cidades sul-mato-grossenses. A crônica sobre as primeiras tentativas de ocupação e colonização portuguesa da região (a instalação dos chamados fortes ou presídios militares nos séculos XVIII e XIX) quase invariavelmente menciona, com honras, o comércio e os serviços prestados pelos indígenas que habitavam a região, considerados indispensáveis para a sobrevivência dos colonos (GARCIA, 2008, p. 66-70). O mesmo vale para as fazendas e centros urbanos criados posteriormente, que contaram com trabalho e conhecimento indígena para perseverarem. Isso sem contar a decisiva participação indígena na Guerra do Paraguai (ELOY AMADO, 2019), conflito que contribuiu imensamente para a delimitação das atuais fronteiras entre Brasil e Paraguai. A anterior presença indígena na região constitui condição essencial para o nascimento e crescimento das cidades da região. Fato que, como bem pontuou Basques (2018, p. 934) sobre o município de Anastácio, é pouco ou nada reconhecido pelas narrativas oficiais.

Os estudos de Cardoso de Oliveira como que fotografam essa relação dos Terena com as cidades brasileiras num período histórico muito específico. Era quando se formavam o que o autor identificava como “bairros indígenas”, um padrão de avizinhamiento de casas e laços de reciprocidade entre aqueles que mudavam das Reservas Indígenas para os centros urbanos. Na época com 64.477 habitantes, Campo Grande era o maior centro urbano do sul do antigo estado Mato Grosso (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 131). Havia 88 pessoas indígenas distribuídas em três bairros principais da cidade: Amambaí, Taveirópolis e Vila Jardim (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 131). Diferentemente de Amambaí e Vila Jardim, onde as casas se encontravam mais dispersas, em Taveirópolis, as residências guardavam uma menor distância entre si.

Pode-se dizer, sem exagero, que esses Terena migrantes conhecem-se uns aos outros, mesmo residindo em bairros muito afastados (como os de Campo Grande) e sendo originários dos mais diversos lugares, entre aldeias e fazendas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 127).

As moradoras reconhecidas como pioneiras chegaram por volta de 1920. Juliana (o sobrenome não é informado pelo autor), era um ponto de referência importante, pois atraía e acolhia moradores vindos das aldeias e fazendas circunvizinhas. A história de vida da anciã foi marcada por um intenso deslocamento entre aldeias, fazendas e cidades. Segundo Cardoso de Oliveira, estes deslocamentos foram motivados pela busca do sustento (insuficientemente obtido pelas roças nas aldeias), pelo desgosto com a morte dos filhos (presumimos que pela falta de assistência de saúde) e pelos desentendimentos internos nas aldeias (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 146). Noutra altura de sua monografia, o autor também menciona como razão geral para pessoas Terena (sobretudo jovens) mudarem-se para a cidade o fascínio exercido pela paisagem e pelos lazeres que o meio citadino proporcionava (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Segundo pude ouvir de interlocutores em pesquisa de campo, estes permanecem sendo os principais motivos para sair das Terras Indígenas e mudar-se para as cidades. Cabe ressaltar que a falta de condições para viver nas aldeias de origem decorre do processo de esbulho de terras tradicionais e confinamento pelos quais os Terena passaram nos últimos séculos – mencionarei este processo adiante.

Voltemos à trajetória da pioneira: Juliana nasceu numa fazenda no município de Dourados, mudou-se pequena com a mãe para a aldeia Bananal, seguiu para a aldeia Cachoeirinha (a convite de um tio materno), rumou para a aldeia Passarinho (a convite de outro tio materno), foi para a aldeia Moreira, mudou-se para uma fazenda na zona rural de Campo Grande e, então, estabeleceu residência na cidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 146-148). Trouxe a irmã e a mãe para morarem consigo pouco depois de chegar. Depois passaram a chegar outros parentes, dentre os quais um sobrinho, chamado Gomes, que desempenhou papel articulador semelhante

ao da tia na comunidade nascente – neste caso, segundo Cardoso de Oliveira, por conta do prestígio do homem como xamã (*koixomuneti*, em língua Terena) (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 152). Juliana recebia também pessoas que antes não conhecia e que, em muitos casos, passavam a tratá-la como parente.

Semelhantemente a esta, muitas comunidades indígenas foram sendo formadas ao longo do século XX em Campo Grande. Várias delas, sobretudo nas últimas décadas, passaram a pleitear reconhecimento e assistência do poder público. A aldeia Marçal de Souza, neste sentido, é considerada a primeira comunidade oficialmente reconhecida como aldeia urbana no país. Tal qual a comunidade do Santa Mônica, Marçal de Souza nasceu da ocupação de um lote vazio por famílias indígenas que reivindicavam moradia. O terreno localiza-se no atual bairro Tiradentes, periferia da cidade. A área de aproximadamente cinco hectares, então conhecida como “Lote do Bairro do Desbarrancado”, foi doada pela Prefeitura de Campo Grande à Funai em 1973, com vistas à criação de uma “Casa do Índio”, algo que nunca se concretizou (MUSSI, 2006, p. 251-252). A articulação para reivindicar a área para moradia, segundo Vanderléia Mussi, se deu em torno da associação indígena AMI (Associação de Moradores Indígenas) fundada em 1984 (MUSSI, 2006, p. 252).

Segundo Graziella Sant’Ana, o movimento teve apoio de associações indígenas da cidade e segmentos não-indígenas sensíveis a causa, tais quais o Partido dos Trabalhadores (SANT’ANA, 2010, p. 65). A ocupação aconteceu em 09 de julho de 1995, chefiada por pessoas como Calixto Francelino e Enir Bezerra, as quais possuíam notória experiência no exercício de liderança comunitária e boas relações com instituições e autoridades não-indígenas. Durante a ocupação, outra associação foi criada, a Associação de Moradores de Índios Desaldeados do lote 13 do Bairro Desbarrancado, que avançou na conquista de melhorias como loteamento, construção de moradias, instalação de água, energia elétrica e saneamento básico, construção de centro comunitário etc. (SANT’ANA, 2010, p. 65). Tal qual aponta o levantamento temporalmente comparativo de Fernandes Júnior e Oliveira Neto (2024, p. 11), hoje, “o local se tornou ponto turístico da cidade de Campo Grande e, além de 158 (cento e cinquenta e oito) domicílios das famílias indígenas, conta com um Memorial da Cultura Indígena e com uma Escola Municipal”.

Outra aldeia resultante de mobilizações indígenas em Campo Grande é Água Bonita. A aldeia, com área de aproximadamente nove hectares, tem uma constituição multiétnica (famílias Terena, kaiowá-guarani, guató e kadiwéu). Segundo Mussi (2006, p. 267-268), cerca de 90% das famílias são Terena. A constituição da Água Bonita, diferentemente de Marçal de Souza e Santa Mônica, não envolveu uma estratégia de ocupação prévia da área. Vim saber sobre a fundação da aldeia conversando com o casal Leopoldo e Angelina Vicente, tradicionais lideranças Terena. O casal deixou a aldeia Brejão (TI Nioaque) no final dos anos 1970 e se mudou para Campo Grande.

Residiram em diferentes bairros da cidade, situação que mudaria quando Vicente, segundo contou-me, foi procurado por Marta Guarani para participar de uma associação indígena:

Nós tínhamos uma associação da fundadora aqui, faleceu já, chamada dona Marta Guarani. Ela é uma índia lá de Dourados, veio de Dourados para cá. Formou associação com o objetivo de tentar acelerar as demarcações das terras, das áreas indígenas. Até hoje não está organizado as áreas indígenas. Muita encrenca ainda aí. Você vê como esse do Buriti, morreu gente, para os Guarani também morreu. Aí nessa minha vinda para cá, me descobriram que eu morando aqui, foram lá em casa, me convidar para assumir a vice-presidência. Já conhecia meu nome. Desde que eu casei em 62, me entregaram a capitania do Brejão. Que chamam de cacique. Eu deixei quando vim para cá, em 77. De 62 a 77. Aí ficou meu irmão assumiu no lugar lá. Então, chegando aqui entrei nessa associação. Por causa da moradia, é difícil aqui em Campo Grande. Moradia. Não é fácil. Aí ganhei essa casa.

A associação em questão é a Kaguatega, fundada por Marta Guarani e composta por lideranças como Nito Nelson e Leopoldo Vicente (SANT'ANA, 2010, p. 67). Marta é sobrinha de Marçal de Souza, importante liderança Guarani Nandeva assassinada nos anos 1980 pelo engajamento na luta pela terra. Marta foi expulsa da aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados, onde nasceu, por conta de perseguições políticas. Mudou-se para Campo Grande, onde prosseguiu com a luta, fundando a Kaguatega. Nos anos 1990, em negociações com administração estadual, na época governada por Zeca do PT, a associação acertou com o governo estadual um convênio para construção de 60 casas num terreno localizado na Vila Nova Lima, periferia norte da cidade. A comunidade foi oficialmente fundada em 14 de maio de 2001 (MUSSI, 2006, p. 266).

NEM ASSIMILAÇÃO, NEM TRIBALISMO: PELA TERENCEZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA

Façamos uma breve síntese dos processos de formação de aldeias urbanas acima expostos. Tudo começa com pessoas Terena habitando bairros periféricos da cidade. Vemos um público heterogêneo: homens, mulheres, jovens e anciãos que nasceram em distintas aldeias, pertencem a segmentos familiares diversos, estão no bairro desde períodos variados (pessoas que chegaram há pouco tempo, outras famílias que lá estão há gerações), foram para o local por diferentes razões (procura pelos empregos, pelas escolas, pelos hospitais, pelos lazeres oferecidos pela cidade). Essas pessoas passam a emular variadas relações entre si, seja intensificando vínculos pré-existentes, seja criando novos. A emulação é, via de regra, liderada por pessoas que estão

há mais tempo na cidade, têm maiores articulações e conhecem com mais profundidade o mundo dos brancos. Demonstram, ao mesmo tempo, capacidade de reunir, orientar, acolher, mobilizar, organizar as famílias indígenas. A princípio, as famílias ficam dispersas no bairro, quase todas morando de aluguel e tendo que trocar de casa, eventual ou periodicamente, por causa do alto custo da moradia. Então, uma mobilização capital altera a situação e o coletivo decide reivindicar um espaço de moradia. As primeiras famílias se assentam e se organizam. Mais pessoas vão chegando, um corpo de lideranças é formado, um nome para a comunidade é escolhido, espaços de uso comum são delimitados, reconhecimento e regularização junto ao poder público são exigidos, melhorias de vida vão sendo conquistadas – melhorias tanto para os moradores indígenas, quanto para os moradores não-indígenas do bairro, que veem uma área antes abandonada, suja e insegura, ser habitada e cuidada pelos ocupantes indígenas. Uma paisagem urbana periférica, então isolada e vazia, se vê povoada de novas conexões, trocas e variações protagonizadas por pessoas indígenas.

Através de meus trabalhos de campo, pude notar instigantes similitudes entre a formação de comunidades Terena na cidade e outros movimentos coletivos protagonizados por este povo. Depois do esbulho e transformação em fazendas da maior parte de seu território tradicional por não-indígenas no final do século XIX, os Terena foram confinados pelo estado brasileiro em pequenas áreas denominadas Reservas Indígenas. O intuito administrativo era centralizar a população indígena numa única aldeia, submetendo-a à autoridade governamental representada pelo Posto Indígena. Acontece que os Terena, subvertendo este mecanismo de controle, passaram a fundar no espaço reservado múltiplas aldeias ao longo de século XX. As narrativas de fundação destas comunidades neste contexto guardam semelhanças com as narrativas de fundação de comunidades em contexto urbano (SANTOS, 2023). No início, somos levados a ver um pequeno número de parentelas distintas habitando setores periféricos das áreas delimitadas pelo estado brasileiro. São periféricos em relação ao povoamento central, que é mais populoso, oficialmente reconhecido como aldeia, sede do Posto Indígena e outros equipamentos estatais. Os povoados menores são chamados pelos moradores de “vilas” ou “ranchos” porque localizados próximos às roças e nas cercanias de áreas de mata mais densa. Os moradores desses ranchos afastados, sob a liderança de alguns chefes de família, vão convivendo entre si, estabelecendo vínculos de trocas e cooperação e cuidando da terra. As famílias aumentam de tamanho e outras se somam ao grupo inicial, até que o coletivo decide reivindicar o estatuto de aldeia junto ao poder público. Formam um corpo de lideranças, elegem um cacique, escolhem um nome, definem espaços de uso comum, reivindicam benefícios contidos em outras aldeias. Essa organização acaba por melhorar a vida em geral, posto que cria canais mais difusos de acesso dos moradores à assistência do estado, alivia tensões causadas pela concentração populacional, espalha o povoamento da área,

permite um melhor cuidado e vigilância dos limites da TI etc. Tal qual a paisagem urbana, uma zona de rígido controle estatal, neste caso, se vê subvertido por modos indígenas de habitar o espaço e instituir laços comunitários.

Outro movimento análogo pode ser encontrado nas chamadas retomadas de terra. Os Terena, mesmo depois de terem suas terras tradicionais esbulhadas e transformadas em fazendas, permaneceram fortemente vinculados a elas. Era comum, durante o século XX, que famílias Terena frequentassem estas áreas, fosse em trabalhos temporários (regionalmente conhecidos como changas), fosse lá morando permanentemente como trabalhadores, fosse atravessando a cerca e fazendo incursões periódicas para pescar, caçar, coletar – meios de manter o tradicional modo de vida. Uma variação importante destes movimentos aconteceu no século XXI. As narrativas que coletei (SANTOS, 2023) nos dão notícias de lideranças de diferentes famílias e aldeias que passam a se reunir para tratar, não de assuntos estritamente internos das aldeias, mas de uma matéria comum: a falta de condições em viver no reduzido espaço reservado. Os participantes das reuniões são, em geral, filhos, netos ou bisnetos dos antigos que negociaram a demarcação e organizaram suas vidas nas Reservas Indígenas. Os velhos nunca deixaram de lembrar a seus descendentes um fato crucial: a área tradicionalmente habitada é muito mais ampla que a reservada pelo estado. Imbuído desta certeza, o coletivo prossegue com as reuniões, agrega novas lideranças e fortalece as articulações entre si. Diante da morosidade do estado na demarcação, uma decisão é tomada: retomam as terras tradicionais em posse de fazendeiros. A nova comunidade passa a lutar por uma segura e adequada organização na área de retomada: novas mobilizações para o avanço no processo de demarcação, resistência contra pressões e violências fundiárias, constituição de um corpo de liderança de retomada, instalação de escola, reivindicação de atendimento à saúde, plantação de vastas e variadas roças etc. Melhoras para a comunidade e para o meio ambiente são visíveis: a concentração populacional é aliviada, a agricultura familiar ganha novos espaços de realização, áreas de mata são recuperadas, animais e seres invisíveis voltam a se aproximar do local, saberes ancestrais antes adormecidos passam a circular novamente entre as gerações, remédios do mato se tornam novamente acessíveis, contribuindo para a saúde e bem-estar coletivo etc. Assim como a cidade e a Reserva, aqui é a fazenda que se mostra transformada pelos entrelaçamentos indígenas.

Um último exemplo pode ser encontrado nos movimentos de ingresso de jovens Terena no ensino superior ocorridos principalmente a partir dos anos 2000. As narrativas que registei (SANTOS, 2023) começam falando sobre estudantes Terena de diferentes aldeias e famílias que, depois de completar o ensino médio, passam frequentar a universidade. É um ingresso relativamente invisível e silencioso, porque acontece em cursos regulares e, em geral, não conta com o apoio de políticas educacionais sensíveis a sociodiversidade indígena. Os acadêmicos se conhecem na universidade

e intensificam as relações entre si. Através do diálogo de algumas jovens lideranças com docentes parceiros, se engajam na luta por ações afirmativas. O movimento ganha corpo, se materializando em encontros de estudantes indígenas que agitam e tornam patente a presença indígena nos *campi*. Aumenta simultaneamente o engajamento dos estudantes em suas comunidades e no movimento de luta pela terra. Muitas melhorias na universidade são conquistadas, dentre as quais uma sala especial para os acadêmicos indígenas que, adequadamente equipada (computadores, impressoras, livros, realização de tutorias e monitorias), passa a ser utilizada inclusive por colegas não-indígenas que eventualmente solicitavam apoio para suas próprias demandas acadêmicas. Junto com o urbano, o estatal e o rural, o espaço acadêmico também tem sido atravessado e transformado pela sociabilidade terena.

Os quatro movimentos descritos acima acontecem em contextos e momentos muito distintos (fundação de aldeias nas Reservas Indígenas, fundação de aldeias nas cidades, retomadas de terras tradicionais transformadas em fazendas, ingresso nas universidades) e, ao mesmo tempo, apresentam elementos transversais. Vemos, de início, pessoas indígenas ocupando locais que, do ponto de vista de um olhar geopolítico hegemônico (centrado na Administração Municipal, no Posto Indígena, na Sede da Fazenda, na Reitoria Universitária) são considerados periféricos, marginais, subalternos: subúrbios das cidades, margens das Reservas, fundos de fazendas, cantos de salas de aula. Esta ocupação inicial, também sob uma ótica hegemônica, pode ser considerada relativamente silenciosa e anônima, no sentido de ser praticamente indistinta da presença não-indígena. A presença incipiente é bastante heterogênea e conta com pessoas indígenas de origens, pertencimentos e características muito diversas: aldeias, famílias, gêneros, faixas etárias distintas. Ao mesmo tempo, embora muitos se conheçam previamente, em geral chegam de forma independente, o que suscita a impressão de certo anonimato e impessoalidade.

Aos poucos, as pessoas se relacionam e as diferenças/afinidades vão se efetivando em vínculos de solidariedade e reciprocidade: fazem amizade, casam-se, aliam-se politicamente, festejam e confraternizam, cooperam mutuamente nos trabalhos, nos estudos, no sustento material. Tem especial destaque neste relacionamento alguns líderes capazes de agregar e mobilizar as pessoas e, simultaneamente, capazes de dialogar com as autoridades não-indígenas através códigos próprios do meio hegemônico. Este domínio e aprendizado da gramática hegemônica habilita o coletivo e seus líderes a formular reivindicações de vida melhor, conquista de direitos constitucionais, reconhecimento de si enquanto coletivo autônomo, simetrização das relações com o outro.

Então, um acontecimento significativo motiva uma mobilização mais contundente e uma reivindicação mais patente por autodeterminação diante do centro hegemônico: ocupação de um espaço de moradia na cidade, reconhecimento da nova aldeia na Reserva, retomada da posse da

terra tradicional, conquista de um espaço na universidade. O coletivo se consolida, se organiza ainda mais e conquista mais avanços: escolha do nome, institucionalização de um corpo de lideranças, repartição de espaços e recursos, conquista de benfeitorias mais definitivas etc. O que, a princípio, passava a impressão de subalternidade, integração indiferenciada e impessoalidade agora mostra-se indubitavelmente autônomo, indígena e comunitário. Um traço marcante dessas melhorias é que elas não se restringem à comunidade formada, mas mudam para melhor o entorno: incremento no bem-estar e segurança com a fundação de aldeias nas periferias urbanas, otimização da gestão estatal com a fundação de aldeias nas Reservas Indígenas, recuperação do meio ambiente e da sustentabilidade econômica com as retomadas de terra, incremento de recursos e melhoria no convívio estudantil com a ocupação indígena das universidades.

Vemos que o roteiro é mais ou menos o mesmo: os Terena frequentam espaços aparentemente dominados, desencantados, domesticados e pacificados pela dita civilização ou modernidade dos brancos e, como que despercebidamente aos olhos coloniais, se reúnem, se organizam e imprimem neles sua marca, trazendo melhorias tanto para a comunidade recém-formada quanto para seu entorno. Assim, podemos dizer que a fundação de comunidades na cidade e outros movimentos não é realizada a esmo pelos Terena, mas segundo lógicas e repertórios de ação muito próprios. Quando transitam, habitam e criam comunidades na cidade, os indígenas estão lutando por uma vida melhor e, simultaneamente, agindo segundo um modo costumeiro de habitar o espaço e organizar o coletivo – costume aprendido com os antigos e emulado com os contemporâneos segundo novas circunstâncias e situações. Tradição e modernidade estão aqui hábil e estrategicamente combinadas.

Podemos concluir, portanto, que aldeias urbanas indígenas não são contradições em termos. Como colocado acima, o pioneiro trabalho de Cardoso de Oliveira rapidamente o constatou: a identidade indígena, diferentemente do que previam os canônicos estudos de aculturação, não desaparecia na cidade e, pelo contrário, em muitos casos, se via retomada e fortalecida. Com base em pesquisas sobre cidades africanas do período pós-colonial, Cardoso de Oliveira qualificou essa perseverança como tribalismo, uma reação de defesa dos indígenas frente às condições desiguais impostas pela colonização (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Aqui, seguindo tendência da literatura contemporânea e de líderes e pesquisadores Terena, prefiro chamar este processo de *terenização*, uma variante daquilo que Marshall Sahlins (1997) chamou de indigenização da modernidade. Isso porque, menos do que uma reação passiva, a formação de comunidades Terena na cidade envolve uma estratégia muito particular e culturalmente informada de ocupação de espaços de convivência e resistência no contexto colonial.

Tal qual afirmaram Deleuze & Guattari (1992) sobre a relação entre a cidade grega e a filosofia clássica, as cidades brasileiras funcionam para os modos indígenas de pensar e agir

como um campo de invenção que fornece, simultânea e ambivalentemente, um contraponto e um ponto de apoio para a produção de acontecimentos e heterogeneidades comunicativas. Seguindo reflexões de Viveiros de Castro (2002) sobre o parentesco ameríndio, a cidade opera como um plano de imanência no qual afinidades virtuais encontram a oportunidade de se atualizar. A terenização é como um devir minoritário (DELEUZE, 2010) que atravessa a urbanidade arrastando-a para diálogos e enlaces imprevisíveis do ponto de vista majoritário. De um atomismo individualista arborescente vemos fecundar sociabilidades comunitárias rizomáticas; da sujeição ao controle estatal, vemos aparecer corpos de lideranças autônomas; da competição capitalista vemos surgir enlaces de colaboração e ajuda mútua; da monocultura vegetal e comunicativa vemos surgir pluralidades de espécies, costumes, vestimentas, línguas. A tão antiga terenização das cidades é, em todos os sentidos, muito bem-vinda, devendo ser, cada vez mais, reconhecida e apoiada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASQUES, Messias. *Aldeinba: a margem esquerda do rio Aquidauana*. Sociologia & Antropologia, v. 8, p. 913-942, 2018.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ELOY AMADO, Luiz Henrique. *Vukápanavo. O despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- FERNANDES JÚNIOR, José Resina; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A migração Terena para o perímetro urbano de Campo Grande, MS (2003–2023)*. Interações (Campo Grande), v. 25, n. 3, p. 1-16, 2024.
- GARCIA, Adilson de Campos. *A participação dos índios guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Governo Federal, 2010.

- MUSSI, Vanderléia Paes Leite. *As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.
- NUNES, Eduardo. *Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 9-30, 2010.
- PEREIRA NETO, Elídio Vicente. *As lideranças terena e os desafios enfrentados nas aldeias urbanas de Campo Grande-MS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.
- SAHLINS, Marshall. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte II)*. Mana, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.
- SANT'ANA, Graziella Reis. *Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- SANTOS, Augusto Ventura dos. *Lutar, festejar, retomar: imagens de movimentos terena*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Atualização e contra-efetuação do virtual: o processo do parentesco*. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify, p. 401-456, 2002.

[1] As Terras Indígenas (TIs) Terena estão localizadas nos municípios de Aquidauana (TI Taunay-Ipegue, TI Limão Verde), Miranda (TI Cachoeirinha, TI Pilad Rebua, TI Lalima), Anastácio (TI Aldeinha), Nioaque (TI Nioaque), Sidrolândia (TI Buritizinho) e Dois Irmãos do Buriti (TI Buriti). Estas TIs representam uma parcela do amplo território tradicional Terena que foi, já durante o século XIX, esbulhado e transformado em fazendas por não-indígenas – mais a frente comentaremos um pouco mais a respeito deste processo histórico de perda da terra. Tal qual também será explicitado adiante, uma parcela significativa das pessoas Terena residem em cidades do centro e noroeste do Mato Grosso do Sul. Famílias Terena também residem em TIs localizadas em outras regiões (sul do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo) e com presença majoritária de outros povos indígenas.